

CEDI	P. I. B.
DATA: 10, 09, 86	
CÓD. 153	37

SEGUNDO RELATÓRIO SOBRE OS KRIKATI

José Luiz dos Santos, PhD

Belém, março de 1985

I N D I C E

	Página
PARTE I - A QUESTÃO DA TERRA	1
1. <u>A Área Indígena Krikati</u>	1
A. A questão demarcatória	1
B. Antecedentes	2
C. Situação na área	3
2. <u>Krikati - Território e História</u>	4
A. Introdução	4
B. Movimento das aldeias Krikati	6
3. <u>Os Krikati e o uso de seu território</u>	14
A. Introdução	14
B. Recursos do território: caça, pesca, e coleta	16
C. Roças e pastagens	22
4. <u>Considerações finais</u>	24
PARTE II - O ANDAMENTO DO CONVÊNIO	26
1. <u>Introdução</u>	26
2. <u>Obras realizadas na aldeia</u>	27
3. <u>Produção agrícola</u>	29
A. Desenvolvimento do programa de plantio do ciclo 1984-1985	29
B. Utilização do dinheiro das roças	33
4. <u>A aldeia e a habitação</u>	35
A. O projeto de novas habitações	35
Esquema I	38
B. Alterações no plano da aldeia e suas dificuldades	39
Esquema II	40
5. <u>Considerações finais</u>	42
ANEXO - Notas sobre a Programação 1985 do Convênio CVRD-FUNAI para a área Krikati	44

PARTE I

A QUESTÃO DA TERRA

1. A Área Indígena Krikati

A. A questão demarcatória

A terra Krikati permanece sem ser demarcada. Desde o relatório inicial que escrevi em agosto de 1984, a Justiça Federal do Maranhão deu ganho de causa aos impetrantes da ação judicial de 1980 que visava a demarcação judicial daquelas terras e, simultaneamente, a sustação da demarcação administrativa que a FUNAI estava então organizando.

A nova administração da 6a. Delegacia Regional da FUNAI não abandonou, no entanto, os esforços no plano jurídico, e continua atuando no sentido de reverter aquela decisão. Enquanto questiona a validade do próprio processo movido pelos civilizados com interesse naquelas terras, não descuida a 6a. D.R. de preparar-se para outros desdobramentos que possam ocorrer.

Em virtude da decisão da Justiça Federal do Maranhão, a demarcação judicial das terras dos Krikati foi tentada no segundo semestre de 1984, mas a ação da equipe demarcatória foi obstada pelos próprios Krikati. Em reunião havida entre os civilizados com interesses na área, seus representantes legais, índios e funcionários da FUNAI, ficou clara a pretensão dos responsáveis pela ação judicial de 1980 de que a terra indígena fosse limitada a algo em torno de 10.000 hectares, uma estreita faixa espremida entre as áreas de presença civilizada que se avizinham da própria aldeia

São José. A posição dos índios é clara: aceitam como patamar mínimo apenas os 85.500 hectares da proposta da FUNAI de 1981, acrescida da área do povoado Quiosque, deixado de fora naquela proposta à revelia dos capitães principais de então.

Em decorrência do impasse, a comissão demarcatória comunicou ao Juiz Federal a impossibilidade de realizar os trabalhos previstos e no início do mês de março corrente aguardava-se sua deliberação a respeito desse assunto, assim como das medidas interpostas pelo novo advogado da 6a. Delegacia Regional.

No passado, a demarcação do território Krĩkati permaneceu como que em estado dormente na ação do órgão tutelar. Não obstante o caráter inusitado e complexo da ação que suspendera a demarcação administrativa, a sede da FUNAI em Brasília pouco sabia informar sobre o andamento da questão.

As mudanças havidas nos últimos meses na atuação da FUNAI no Maranhão contribuíram para alterar essa situação e a demarcação do território Krĩkati foi saindo de uma certa letargia institucional, e atingindo um plano destacado. Agilizou-se a ação da 6a. Delegacia Regional e mobilizaram-se órgãos da FUNAI em Brasília em defesa da terra Krĩkati.

B. Antecedentes

Importa retomar e ampliar aqui algumas das considerações feitas em meu relatório inicial. Objeto de várias propostas, a demarcação administrativa do território Krĩkati foi ordenada pela FUNAI em 1980, com base num edital de demarcação que previa uma área de 136.600 hectares, fruto das considerações de um grupo de trabalho do órgão tutelar que propusera a eleição dessa área a partir de estudos de campo realizados no segundo semestre de 1979.

Foi essa a demarcação sustada por ação judicial dos civilizados com interesse naquelas terras.

Enquanto a ação judicial transcorria, as lideranças Krĩkati, pressionadas pela administração da FUNAI de então, pediram a esta que estudasse uma redução da área, e o fizeram tanto através de visita a Brasília quanto de um inusitado documento nesse sentido com as assinaturas ou impressões digitais de líderes representativos.

A equipe da FUNAI que esteve estudando a área por alguns dias

no inverno de 1981, deslocou-se para fazer seu levantamento justamente quando os dois capitães de então estavam em Brasília. A equipe julgou conveniente convencer os índios de que a demarcação seria facilitada com a exclusão da área eleita do pequeno povoado denominado Quiosque, que fica, em relação à aldeia, na direção do Município de Sítio Novo.

A área assim eleita atingia 85.500 hectares. Com isso não concordaram as lideranças que haviam permanecido em Brasília. Embora admitindo uma redução da área inicial, esses líderes julgaram sem sentido a ausência do trecho do outrora vilarejo de São José, prejudicial a exclusão da área do Rio Arraia, tradicional base de pesca, caça e cocais, e principalmente do Quiosque. Seus argumentos a respeito deste, depois aceitos por toda a comunidade, eram e são que bloqueado em sua expansão na direção do Sítio Novo, o Quiosque tende a invadir as terras tradicionais Krikati, ameaçando de modo particular dois de seus poucos trechos de mata contínua.

Aquela equipe da FUNAI registrou em seu relatório as discordâncias dos líderes, bem como a proposta do 1º capitão por uma eleição que incluísse aquelas áreas, a qual atingiria um território total de 111.000 hectares. Não obstante, as instâncias decisórias da FUNAI optaram pelos 85.500 hectares na forma proposta inicialmente pelo grupo de trabalho que fora a campo. Essa opção se concretizou num novo edital de demarcação, publicado no decorrer da ação judicial e a ela anexado posteriormente.

A posição dos índios, no entanto, é de aceitar no mínimo aqueles 85.500 hectares acrescentados da área do Quiosque. E certamente continuarão a reivindicar seus direitos sobre a área do Rio Arraia.

C. Situação na área

A situação na área é de expectativa quanto à demarcação. Os regionais permanecem atentos a quaisquer movimentações na aldeia e mantêm algum grau de organização, havendo eventuais notícias, registradas pelos índios, de reuniões em Montes Altos.

Pelo que é possível constatar, a maior parte dos posseiros está ciente de que terá de abandonar a área mais cedo ou mais tarde, e sua principal preocupação consiste em saber até que ponto

podem esperar por uma indenização pelas benfeitorias que instalaram e quais as condições que seriam colocadas para sua retirada da área. Mesmo os civilizados que compraram direitos de posse de terceiros estão cientes da situação peculiar das terras em pauta.

Há porém um núcleo de civilizados, de presença na área mais antiga do que aqueles, muitos situados nas proximidades da aldeia, que resistem com firmeza à idéia da demarcação pretendida pela FUNAI e mantêm acesa a oposição a ela.

Embora a situação seja no geral calma na área, há evidências de um acirramento de tensões, devido à demora da solução sobre o território, bem como em decorrência da própria dinâmica de exploração do mesmo pelos civilizados, e dos conflitos de uso que isso acarreta com seus tradicionais ocupantes. Assim o adensamento de uma população, no geral pobre, conduz a uma intensificada competição pelos frutos da terra e dos rios, e pelo uso agrícola e pastoreio do solo.

Pelo rádio e televisão, tanto índios como regionais acompanham os desdobramentos de outros conflitos de terra, como o caso recente dos Apinajé, e embora todos sejam unânimes em afirmar que querem resolver o assunto do território Krikati de maneira pacífica, tranquila, é evidente que todos temem que uma condução inábil de suas reivindicações possa resultar num conflito difícil entre os interessados. Os Krikati preocupam-se não só pelas implicações diretas de uma situação desse tipo, como por suas consequências futuras, delongando uma situação de atrito, dificultando seu controle de invasões e criando barreiras a seu convívio na região.

2. Krikati - Território e História

A. Introdução

A terra Krikati está invadida pelos civilizados. Seu território imemorial vem sendo pressionado por frentes de expansão da sociedade nacional desde a segunda metade do século passado. Estas utilizaram o Rio Tocantins como uma de suas vias e foram subindo, também, o curso dos Rios Pindaré, Grajaú e, posteriormente, Lageado.

Como consequência não só viram os Krikati esse território ser

progressivamente ocupado por posseiros e concentrações populacionais dos civilizados, como sofreram perdas reais ao longo da história. Estas encurtaram seu território na direção do Rio Tocantins e se consolidaram também na constituição de municípios que incorporaram terras Krīkati e hoje os englobam. São eles Amarante, Montes Altos e Sítio Novo. Note-se nesse sentido que a memória dos Krīkati guarda o registro de aldeamentos na área da própria Imperatriz. O Padre Manoel Procópio, da Colônia Militar de Santa Tereza, base sobre a qual Imperatriz depois se desenvolveu, contou os Krīkati naquela área e em 1854 conseguiu ter 302 deles habitando na Colônia.

Não obstante a pressão da expansão colonizadora da sociedade nacional, os Krīkati souberam manter-se continuamente presentes no núcleo mais tradicional do seu território, nas chapadas e serras que entremeiam e incluem as cabeceiras e formadores do Rio Pindaré, Riacho Batalha (do sistema Grajaú), Rio Buenos Aires, Rio Tapuio (que no seu curso mais inferior na região é conhecido como Arraia) e o Campo Alegre Grande, importante ponto de referência nas disputas atuais.

Aí permaneceram mesmo no fim da década de 1920, quando enfrentaram uma forte e decidida ameaça dos fazendeiros interessados nas cabeceiras do Rio Pindaré. Estes pressionaram o então Presidente do Maranhão, Magalhães de Almeida, que passou a tomar providências para a remoção dos Krīkati da Aldeia Caldeirão, situada naquela área. Essa conjuntura política e o clima de perigo para os Krīkati levou o próprio SPI a se envolver diretamente na tentativa de remoção. Com esse intuito chegou a ser adquirida uma nega de terra (a chamada Gleba do Rodeador) na região de Barra do Corda, para a qual os Krīkati se recusaram a mudar. De fato estão vivas na memória dos mais velhos as fugas que faziam para evitar o contato e a pressão do funcionário do SPI, Marcelino Miranda, (cujo nome também recordam) e que os levou a deslocarem os aldeamentos dentro de seu território. As cabeceiras e formadores do Pindaré, não obstante, permaneceram sob seu controle e são até os dias de hoje áreas vivas de sua dinâmica como povo e cultura.

Lá permaneceram e lá permanecem e é aquele o território que de sejam ver demarcado e livre da ocupação e atividade produtiva dos civilizados. Estes estão atualmente em grande número em territó--

rio Krikati. Os naturais da terra conseguem ainda se fazer presentes em todo o território, que usam não só como base de sua produção econômica mas também como importante sustentáculo da permanência de sua sociedade, da vida de sua cultura e de sua existência enquanto povo. Mas é próprio dessa situação em que dinâmicas sociais diversas competem pela mesma área, seus recursos e frutos, que o conflito de interesses gere tensão. Nesse sentido a área vive uma situação próxima de um limite delicado, que só a pronta de marcação pode evitar seja atingido.

Para melhor equacionarmos essas considerações, faz-se mister - considerar com mais detalhe os processos de ocupação e uso do território Krikati. Começemos situando as bases físicas imediatas - dessa ocupação e caracterizando suas implicações para a relação - entre os Krikati e a sociedade brasileira.

B. Movimento das aldeias Krikati

Base física de um povo indígena, a aldeia tende a ser móvel. Novas aldeias são criadas, as antigas removidas, em decorrência da dinâmica da vida dessas sociedades, de sua relação com o meio ambiente e os recursos naturais e as atividades que lhes garantem - subsistência e continuidade, e em decorrência também dos perigos e ameaças que o confronto com outras sociedades tribais ou, no caso mais propriamente, com a sociedade nacional lhes acarreta. Ao longo da maior parte deste século os Krikati viveram numa sucessão de aldeias por essas razões mencionadas acima. Já agora a Aldeia São José tende à permanência e continuidade. Esses processos da sociedade Krikati ajudam a entender tanto a sua relação com o território que dominam quanto as implicações de sua interação com a sociedade nacional, e é bom considerá-las.

As indicações sobre a presença Krikati na segunda metade do século passado apontam para uma ampla região, que incluía o território tradicional que ora ocupam e cuja demarcação reivindicam, expandido porém, principalmente na direção do Rio Tocantins e da área onde Imperatriz posteriormente se situou. Os índios mais idosos contam terem ouvido de seus maiores - sobre a localização de aldeias naquela direção. Os Krikati estão de fato ligados às origens de Imperatriz. Foi lá que em 1854 o Frei Manoel Procópio do

Coração de Maria, carmelita da Bahia que fora para a região a serviço do Presidente do Pará, conseguiu aldear 302 Krikati, dentre 411 índios que estavam morando aquele ano na Colônia de Santa Tereza. O número total de índios lá aldeados diminuiu no ano seguinte para 109, mas os esforços de aldeamento ao longo do Tocantins e de controle da população indígena em seu sertão continuaram. Assim, em 1886, os Krikatis estavam abrangidos por duas das Diretorias Parciais maranhenses, a 15a. (Santa Tereza) e a 17a. (Imperatriz).

Não só o território como também a população Krikati era mais ampla que atualmente. Assim os Krikati conhecidos em 1886, apenas na Diretoria Parcial de Imperatriz, somavam 924. Nimuendaju considera que entre um século e outro, a população total dos grupos - Timbira, que incluem os Krikati, sofreu uma drástica redução em decorrência da expansão da sociedade nacional. Houve aí não só redução numérica como o desaparecimento completo de vários desses grupos.

Reduzidos em território e população, os Krikati no entanto conseguiram sobreviver, e ao longo de circunstâncias difíceis no decorrer do presente século ativeram-se ao que lhes restou do antigo território, mantendo vivas sua língua, cultura e sociedade.

A região do Rio Arraia foi, na entrada do século, um importante ponto de aldeamentos dos Krikati, o principal dos quais era o Canto da Aldeia.

A localização importante seguinte foi a Serra da Desordem, um complexo que inclui também as denominações Serra do Cipó, Serra do Serrote, Serra dos Sete Facões ou Facão.

A Aldeia Caldeirão, na extremidade das cabeceiras do Pindaré e separada por matas e pelo Morro da Arara da Serra da Desordem, foi habitada após os episódios que culminaram com a 'pacificação' dos Krikati, ou seu 'amansamento' como eles mesmos dizem.

Essa redução dos índios ao contato civilizado regional é atribuída a um certo Amaro, dono de gado e roças, que após emboscar e matar muitos deles, comunicou-lhes que não mais lhes moveria guerras e deu-lhes de presente várias cabeças de gado. Os índios recordam com amargor esses episódios e lamentam que esse amansamento tenha sido tão custoso em vidas. Consta que reagiram e lançando pedras da Serra da Desordem mataram alguns cristãos, mas

suas perdas foram imensamente maiores: 'só sobrou um bocadinho', como contam.

Descendo de suas instalações no alto da Serra da Desordem, e lá deixando como marco uma enorme tora de Toá, os Krikati instalaram-se também na Aldeia Engenho Velho e na Aldeia Quati, próxima àquela Serra, e da qual saíram após alguns anos para uma nova Canto da Aldeia, mais ao norte da Aldeia Caldeirão e mais distanciada portanto da Serra da Desordem.

Foi aí que Nimuendaju os localizou em 1919 e 1920, nas aldeias Caldeirão, Engenho Velho e Canto da Aldeia, pressionados e acossados por fazendeiros.

Nas tropelias do fim da década de 1920, resultado das ameaças físicas e políticas dos interessados em suas terras, os Krikati -debandaram dessa localização em duas direções principais dentro -de seu território tradicional. Um grupo caminhou para o norte e ainda nas cabeceiras do Pindaré fixou-se em aldeamentos na Taboquinha. Outro, menos numeroso, retornou à região do Rio Arraia onde, porém, não permaneceu por muito tempo, fixando-se a seguir -nas chapadas que ficaram conhecidas como São Gregório. Houve também os que na esteira de sólidos e tradicionais vínculos de parentesco foram procurar refúgio com os Pukobye, os Gaviões do Maranhão.

A essa altura desistira o SPI de seu intento de transferi-los para a Gleba Rodeador em vista da insistente recusa Krikati. Se houve alguma participação do SPI na fixação dos índios na Taboquinha ainda é um item que necessita ser pesquisado documentalmente. Alguns dos impetrantes da ação judicial mencionada de início alegam que seus maiores colaboraram com os Krikati nesse episódio. É preciso salientar que, de qualquer modo, os Krikati estavam se fixando em território que lhes era tradicional e no qual a sua sociedade está presente desde que se tem notícias deles. Assim, em meados do século passado, as referências aos Krikati e seus aldeamentos cobriam uma vasta região entre a margem direita do Rio Tocantins e a margem esquerda do Rio Grajaú.

Essa ocupação tradicional também está presente na memória dos Krikati que situam aldeias e pontos de referência cultural não só nas extremidades dessas cabeceiras como também mais ao norte, descendo o curso do rio. Tal é o caso da Aldeia Caboclo Velho, junto

ao poção do mesmo nome, local de pesca e antigo arranchamento.

A população Krikati tendeu a se concentrar então na Taboquinha. É interessante porém notar que aquele grupo instalado nas chapadas de São Gregório permaneceu resistente a essa concentração total. Alguns de seus grupos domésticos foram incorporados à Taboquinha, como os de uma das aldeias do Ribeirão Traíras, onde nasceu o antigo e importante capitão Francisco. Mas sempre houve aldeamentos naquele local e de fato até hoje o pequeno núcleo da Bateia resiste à mudança para a já quase unitária Aldeia São José.

Os aldeamentos da Taboquinha entraram em dissolução por força de processos internos à sociedade Krikati e em associação com uma situação de doença epidêmica que foi atribuída à feitiçaria. Disso resultou a formação de vários novos núcleos e, segundo recordam, a morte de uma mulher acusada de feitiçaria.

Várias aldeias surgiram então. Escrevendo em 1955, com dados do começo daquela década, o capuchinho Metódio de Nembro menciona as aldeias de Canto Grande, Traíras, São José e Baixa Funda. Alguns Krikati recordam esse período pós-taboquinha como sendo difícil e complicado para a existência de seu povo.

Simultaneamente a essa movimentação das aldeias Krikati, seu território tradicional via-se tanto cercado como penetrado pela sociedade nacional em expansão. Foi assim sendo estabelecido um contexto regional novo, que colocou desafios específicos à sua sobrevivência como povo e sociedade. Seus efeitos são permeantes e de longa duração, ainda que se manifestem também em momentos de ameaça e interferência direta para os índios, como já foi apontado.

Montes Altos começara a se constituir em povoado na virada do século, tendo por núcleo de concentração um empreendimento de 1898 que associava plantio de cana-de-açúcar, produção e comercialização de cachaça. Quirito, também conhecido por Sabugosa, o responsável pelo empreendimento, atraiu com isso um pequeno conjunto de moradores fixos. Mais tarde, em 1907/1908, esse povoado se dinamizou com a passagem da linha telegráfica Engenho Central-Boa Vista (hoje Pindaré Mirim e Tocantinópolis respectivamente), com a conclusão de cuja linha-tronco foi instalado um posto telegráfico no povoado (1912). A partir de então este teve um lento mas contínuo desenvolvimento. Foi elevado à vila em 1949, mas Imperatriz jamais a instalou. Finalmente, em 1955, Montes Altos passou a existir como

município. O impacto dessa nova instância política sobre a sociedade de Krīkati foi, como veremos, direto.

Pouco antes Amarante, antigo distrito de Grajaú, já se transformara em município. Isso foi em 1953. Além disso foi se consolidando a leste em relação à aldeia São José, um outro núcleo de população, também distrito de Grajaú, e que desde 1961 passou a ser o município de Sítio Novo. Trata-se de um foco de pressão sobre o território Krīkati, cuja ponta de lança atual é o pequeno povoado do Quiosque.

Penetrando o território Krīkati estava não só a estrada que resultou na atual MA-280. Dentro dele várias instalações civilizadas antigas e novas iam crescendo em atividade, principalmente na pecuária.

A intervenção do prefeito

Na segunda parte da década de 1950 o gado se expandia nas terras tradicionais dos Krīkati. Estes andavam separados em várias aldeias, corroídos por cisões internas, enfraquecendo-se nos usos tradicionais, ameaçados em sua sobrevivência como povo, cultura e sociedade. Os Krīkati começaram a matar gado, seja porque espantava a caça, seja e principalmente porque invadiam e destruíam seus roçados. A tensão entre índios e fazendeiros ficou muito forte, beirando à violência generalizada. No começo da década de 1960, o prefeito de Montes Altos decidiu intervir.

Nessa época eram cinco as aldeias Krīkati, a seguir arroladas com os respectivos capitães:

Cabeceiras das Cabras	-	Zezinho Kroe
São Gregório	-	Rafael
Canto Grande	-	Neuto
Baixa Funda	-	Agostinho
São José	-	Zezinho Krankororo

Em 1962 o prefeito de Montes Altos convocou os líderes Krīkati e os fazendeiros para uma reunião na prefeitura. Os índios se prepararam e saíram bem cedo para lá. A reunião foi marcada para o início da tarde. Essa reunião é assinalada pela antropóloga Lave, que a confirmou também com os fazendeiros. As anotações a seguir são baseadas nas declarações de índios Krīkati.

As duas da tarde estavam lá os capitães das cinco aldeias, alguns índios e muitos fazendeiros, reunidos com o prefeito numa pe-

quena e abafada sala, como recordam alguns Krikati presentes. Estes acrescentam que em sua maioria tinham dificuldades com o português e que estavam incomodados com a situação toda.

A questão que se colocava era de brigar ou não. A reunião havia sido ajeitada com o capitão da Baixa Funda, Agostinho, apresentado tanto como um líder radical quanto como um amigo do prefeito. O diálogo de ambos centralizava as discussões, os outros intervindo em apenas alguns momentos. O prefeito apresentou uma costela de gado com um tiro que havia sido desfechado por um índio, indo o boi morrer no curral. Os índios falaram que se era para brigar então que se comesse ali mesmo, que os outros continuariam por conta própria depois. Tanto o capitão quanto o prefeito concordaram que queriam mesmo era acabar com toda aquela confusão.

O prefeito operou então uma profunda intervenção. Demitiu todos os capitães e disse que queria que os índios continuassem com seus costumes e que, para haver tranquilidade, os Krikati iam ter apenas um capitão. Ele colocaria um capitão de acordo com civilizados e índios para que a situação acalmasse.

Os capitães concordaram. O prefeito chamou então um índio jovem, Francisco, e indicou-o como capitão geral. Não está bem clara a razão da escolha, nem para o diretamente implicado, mas certamente contou o fato de Francisco ter um bom domínio do português, ser filho de um índio que prestara serviços eventuais aos donos de gado, e ser conhecido na região em virtude de suas perambulações de rapaz.

Os fazendeiros concordaram com a escolha, manifestando-se de maneira tumultuada contra os antigos capitães. Outro índio, um Apinayé que vivia entre os Krikati, Urbano, foi nomeado para ajudar Francisco e o então ex-capitão Agostinho foi declarado juiz, com a missão de fazer os casamentos dos Krikati.

Os Krikati receberam a promessa de uma cabeça de gado ao ano, por ocasião de suas festas, escolhendo-se o mes de maio para a entrega; foi-lhes dito também que receberiam ajuda para cercar seus roçados. Quanto à cabeça de gado foi entregue duas vezes e segundo o capitão Francisco ele mesmo julgou conveniente a suspensão dessa prática, não fossem depois os fazendeiros reivindicar direitos com base nela. Sobre o cercamento dos roçados, nada ficou registrado.

Francisco foi capitão até 1979 (Agostinho faleceu e Urbano só

permaneceu dois anos como auxiliar). Assumindo seu posto por força de uma intervenção dos civilizados e numa situação em que seu povo se encontrava fraco e dividido, ele soube operar condições mais favoráveis aos Krikati, reunindo-os na aldeia em que ele mesmo morava, a São José, e preparando-os para um momento em que pudessem finalmente ter respeitados e resguardados seus direitos ao território, em cujo uso permaneceram.

A Aldeia São José

São José consta entre as aldeias Krikati citadas por de Mello em seu livro de 1955. Segundo o velho e ainda influente Zezinho, seu antigo capitão, essa aldeia foi resultado direto do desmembramento da concentração da Taboquinha. Ele mesmo veio de lá com sua família. A ela, antes dos processos unificadores iniciados na década de 1960, parecem ter se juntado parte dos grupos domésticos que permaneciam aldeados na chapada de São Gregório. Tudo indica que antes de tender a uma aldeia unitária, São José foi um local de aldeamento, compreendendo de início três núcleos próximos mas distintos.

Segundo ainda seu Zezinho e outros antigos moradores, essa mesma aldeia São José mudou de local uma vez, mas teria sido uma mudança pequena que a transportou de uma posição vizinha da original e que ainda hoje ocupa.

A partir da década de 60, a aldeia São José foi incorporando a maior parte dos grupos domésticos Krikati que viviam em outros trechos do território, tendendo a se transformar na aldeia única desse povo.

O relatório do convênio FUNAI/RADAM que serviu de base para a proposta de demarcação de 1976, mencionava três aldeias: Bateia, S. José e São Gregório. Essa mesma relação foi apresentada em 1975 à FUNAI pela antropóloga Dolores Newton. A primeira e a terceira eram próximas uma da outra. O relatório sobre a eleição da área Krikati apresentado pela antropóloga Delvair Melatti para fundamentar a proposta de demarcação de 1980 mencionava as aldeias de São José, Delgado e Bateia, as duas últimas na chapada de São Gregório. Desde então, os grupos domésticos localizados em Delgado mudaram-se para São José, e houve uma redução de casas e grupos domésticos na Bateia, a qual ainda permanece.

Delvair Melatti menciona ainda a Aldeia da Areia, ocupada por índios Guajajara, em certa mistura com civilizados, e dentro da área tradicional Krikati. Segundo a tradição oral destes, desde que tinham aldeamentos na Serra da Desordem havia um pequeno núcleo - Guajajara nas proximidades, na área da Mata do Urucum. A Areia fica na direção da Serra da Desordem e o casal de velhos que lidera o grupo doméstico local tem laços de parentesco com os Tenethara - do Bacurizinho. Dois de seus filhos casaram-se com mulheres Krikati e hoje vivem com suas esposas e afins na aldeia São José.

Tres parecem ter sido as razões principais que levaram à atual importância para os Krikati da Aldeia São José.

A consolidação da liderança do capitão Francisco funcionou como um poderoso atrativo para a localização dos Krikati na aldeia de seu capitão. Francisco parece ter se preocupado explicitamente com esse assunto, argumentando que a concentração dos Krikati seria importante para a vida de seu povo, permitiria com mais facilidade a perseverança nos costumes e os tornaria mais fortes pelos esforços conjuntos que poderiam mais imediatamente realizar.

Foi também na Aldeia São José que a ordem dos Capuchinhos decidiu implantar uma escola e dar início à distribuição mais ou menos sistemática de brindes, tais como roupas e espingardas. Essa atividade não durou muito tempo, pois acabou se deparando com a oposição e desconfiança de membros da aldeia que passaram a acusar os missionários de usarem o nome dos índios para realizar coletas que depois não distribuíam. Apesar disso, muitos índios Krikati assinalam que a presença da escola foi uma razão imediata para que se decidissem a mudar. A missão havia mandado os índios construírem duas casas, uma para a escola e outra para o repouso do professor. Descontinuados os trabalhos na aldeia, foi a segunda ocupada pelo capitão Francisco e a outra pelo seu auxiliar Urbano.

Uma poderosa ação no sentido de consolidar a aldeia São José - foi a chegada da FUNAI em 1971. O órgão tutelar escolheu essa aldeia por ser ela já então o núcleo mais importante de habitação - Krikati. A montagem de sua infra-estrutura só fez enfatizá-lo. Assim em 1973 foi construída a casa sede do posto, em 1978 a escola e a enfermaria.

Além dessas razões apontadas, os Krikati aprenderam a lutar para que a transformação regional não ignorasse, antes reafirmasse,

seus direitos e seu território, e isso teve reflexos diretos na aldeia.

Não tiveram sucesso com o Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão, que aceitou negociar com eles uma indenização pelo atual traçado da MA-280, que cruza seu território, mas que acabou por não indenizá-los.

Negociaram também com a CHESF e a CEMAR que cortaram suas terras com redes de energia elétrica. Da primeira conseguiram veículos para transporte e trabalho agrícola, gado e preparo de pastagens e uma casa de farinha equipada. Da segunda, equipamento para beneficiar arroz, a eletrificação da aldeia e uma oficina.

Há dois planos imediatos de consideração a fazer aqui. Por um lado, o valor das indenizações pode ser questionado à luz das vantagens que garante a essas empresas. Por outro lado, é importante notar que essas indenizações sustentam-se numa questão de princípio: a aceitação do direito e controle dos Kriikati sobre seu território.

O convênio CVRD-FUNAI tem também trazido contribuições para a melhoria da infra-estrutura material dessa sociedade. Foram assim construídos chafarizes, um açude, um armazém-depósito, e outras obras estão previstas como será discutido em partes seguintes deste relatório.

Todas essas novas condições vão explicando a permanência e centralização da Aldeia São José. Desse ponto de vista, a consolidação dessa aldeia Kriikati representa uma manifestação explícita de várias instâncias da sociedade nacional em respeito à sociedade e território desse povo.

As terras porém não lhes estão garantidas e permanecem ameaçadas pela dinâmica da economia e população regionais. Só a pronta demarcação pode superar essa situação contraditória e angustiosa.

3. Os Kriikati e o uso de seu território

A. Introdução

A ocupação por aldeamentos é apenas uma modalidade de uso do território. Os locais de aldeamento principais mencionados não eram os únicos, nem a vida dos Kriikati jamais se reduziu às proximidades

dades imediatas de suas aldeias. Estas se moveram numa área culturalmente significativa para eles, e, se intensificaram seus marcos culturais no território, é porque são expressão de uma sociedade viva, com vontade de sobreviver e força para continuar, não obstante a seguida ameaça às suas bases de existência.

A partir de seus aldeamentos, os Krikati mantiveram o uso do território e seus recursos. Plantaram e tiveram várias experiências na criação de animais. Caçaram, pescaram, coletaram matéria-prima para os itens de sua cultura material e para suas necessidades rituais. Fizeram-no em pequenas ou grandes incursões, por ação individual ou coletiva. Mantiveram, como até hoje o fazem, o hábito de expedições grupais arranchando longe de suas aldeias para temporadas de caça, pesca e coleta. Tudo isso no marco de suas referências tradicionais.

Ao longo de sua história não houve acréscimo, apenas diminuição das fontes e bases dessa atividade. Isso se deu não só pela limitação havida no passado de suas terras, mas também pela invasão de seu território em tudo que isso significa de destruição de matas, diminuição de peixes e animais, esgotamento do solo.

É importante notar que os Krikati souberam manter o uso do território apesar das invasões. Isso causou-lhes não poucos desafios, e ocasionou inúmeras mortes entre eles, como por exemplo as que ocorreram no Riacho Batalha e na Lagoa do Forte, quando foram atacados por posseiros desejosos de expulsá-los ou avessos às suas práticas de pesca por tinguizada (técnica baseada no envenenamento das águas com o Timbó, nativo de suas chapadas, ou o Tinguí, que plantam em suas roças).

As mortes e perseguições diminuíram sua população; as doenças e epidemias dificultaram depois sua recuperação. Nesse sentido, a presença da FUNAI na área foi aos poucos tendo um efeito benéfico. A população atual é de 347 pessoas. Nos últimos dois anos houve 30 nascimentos e 7 mortes, sendo que 2 índios imigraram e nenhum emigrou.

A recuperação da população Krikati é tanto um motivo de júbilo, quanto uma razão a mais para que a demarcação se processe logo, evitando a deterioração de seus recursos e garantindo assim um futuro de dignidade dentro de sua sociedade e cultura para a jovem população Krikati (cerca de 48% da população tem menos de 14 anos de

idade; 37% menos de 10).

B. Recursos do território: caça, pesca e coleta

Os Krikati reconhecem como sua área tradicional de pesca no Rio Pindaré o trecho que fica entre as cabeceiras e o poço do Caboclo Velho. Aí procuram traíra, curimbatá, piaui, piranha, mandi, cará, poraquê, jacaré. Como em todo seu território, os frutos da pesca andam escassos, mas eles não ficam apenas na recordação das grandes pescarias do passado e continuam a tentar.

O primeiro ponto na direção cabeceiras- Caboclo Velho é o Pindaré Trindade. Segue-se a Lagoa do Gide, o Pindaré Divinas Graças, o Poção e a Lagoa do Forte. Nas proximidades, mas noutra trecho formador do Pindaré, na direção do local conhecido como Baixa Funda, fica o Lago do Caboclo Tonho, que para fins de tinguizada é dividido ao meio, parte para as mulheres e parte para os homens. Continuando na direção do Caboclo Velho chega-se à passagem conhecida como Umbigudos, que tem por tradição servir exclusivamente às mulheres na pesca por tinguí ou timbó. Nesse evento apenas dois homens as acompanham, como auxiliares no envenenamento das águas. Em sequência vem o ponto de pesca que tem nome apenas em Krikati, o Croaí-Iari, a Passagem da Bela Hora, outro poço, e o Lago do Boeira recentes denominações para seus conhecidos Penrokli e Teté-Iari. Segue-se o Poção, o Poço da Panela, o Poço das Cunhãs, o Poço Regalo e finalmente o Poço do Caboclo Velho.

Os Krikati praticam a pesca de várias maneiras, sendo o uso do tinguí ou timbó a preferida. Pescam também de anzol, flecha (homens) e pequenas tarrafas (mulheres).

Pescam muito no sistema de rios que dirigem-se ao Lageado, os quais recebem as denominações de Tapuio, Arraia, Buenos Aires, Forquilha. Muitos dos pontos de pesca aí existentes situam-se nas proximidades da Serra da Desordem, como as grotas Grossar e Timorante que tem suas águas despejadas no Riacho Forquilha; o Ren-Ka, próximo de antigos aldeamentos; a Lagoa Fortaleza ou dos Fortes, lugar largo, bem próximo à Serra da Desordem onde, segundo a tradição oral Krikati os cristãos construíram barracões para amansá-los disso resultando a morte de muitos índios. Não muito longe fica um lugar tradicional de arranchamento para caça e pesca, que foi re-

centemente denominado de Paca por algum possessor, mas que os Kriika ti conhecem por Kukapru (água suja de sangue), nome que atribuem a algum acidente com seus antepassados, cuja natureza e detalhes se perderam na história.

A partir daí, na direção em que correm as águas, sucede-se uma área de mato fechado onde a pesca não costuma ser praticada. Já no Cocalinho, no curso do Rio Tapuio, há dois pontos de pesca tradicionais, um conhecido por Escondido, outro por Passagem dos Prazeres. Daí até onde as águas do Tapuio juntam-se às águas confluentes dos Riachos São Gregório e Areia Branca pesca-se em toda a extensão. Essa junção de águas marca o início da denominação Arraia, e esse ponto é muito tradicional para arranchamentos objetivando a pesca, a caça e a coleta de matérias-primas como o babaçu e o importante imbé.

Esse sistema de águas é tido como o mais importante em todo o território pela variedade de espécies que apresenta e que ainda se pode encontrar muito embora em reduzida quantidade. Entre elas são citados: Matrinchã, Pacu-Manteiga, Mandi, o rajado Piau Vara, Piau Cabeça-Gorda, Piranha, Bico de Pato, Surubim, Mandi Mole, Cachorro, o peixe de papo amarelo conhecido por Sabão, Jau, Arraia, Poraquê, Jacaré. Os peixes de maior porte são encontrados mais propriamente no Arraia. Há outros peixes miudos também. A área dos riachos São Gregório e Areia Branca é marcada por um brejo muito grande, onde abundam as sucuris, daí a razão de ser evitada.

No Rio Campo Alegre Grande há um local de pesca costumeira conhecido como Jatobá. Em seguida, na contracorrente das águas, fica o ponto de pesca conhecido como Varjão, local também de arranchamentos prolongados para caça. Seguem-se o Lago Cana Brava e o Poção. Longe deste, na direção da cabeceira, outro ponto é a Lagoa dos Pombos. Alguns desses pontos de pesca são usados com cuidado e esse é o caso da Lagoa dos Pombos, piscosa, mas cheia de sucuris. Dali até a cabeceira do rio, que fica na Baixa Funda, pesca-se em toda a extensão, inclusive num poço muito grande próximo à cabeceira onde não têm feito tinguizada até que os moradores ali existentes abandonem a área após a demarcação. O rio começa num brejo de Buritis na Baixa Funda. Nessa parte do território fica também um de seus centros usuais de roça, o qual nos últimos anos vem sendo ocupado pela família de Zezinho Krankororo, antigo capitão da Al-

deia São José. É ainda na região da Baixa Funda que costumam coletar sementes de um tipo de capim usadas na fabricação de seus chocalhos de cujuba.

O Rio Campo Alegre Grande é procurado para a pesca de traíra, piáu, curimbata, lampreia, cará, cascudo e um pequeno peixe de couro que chamam cari.

Há outros locais de pesca, como os igarapés das chapadas onde se procura peixes pequenos como mandi, cará, traíra. Entre esses igarapés os mais importantes são o São Francisco e o Traíras (que se dirigem ao sistema de águas do Arraia) e o Campo Alegre Pequeno, que sai no Campo Alegre Grande.

A competição pelos peixes entre índios e posseiros dá sinais de estar aumentando. Assim é que a pesca por envenenamento foi e continua sendo um item de conflito entre Krĩkati e civilizados. Nos últimos anos, porém, estes passaram a pescar também eles com a mesma técnica, a ponto de no ano passado terem tinguizado o tradicional Poço do Caboclo Velho. Quando alguns índios lá chegaram com o veneno, o serviço já tinha sido feito e os peixes coletados.

Os Krĩkati sempre comentam que a qualidade e quantidade de pesca que conseguem está muito diminuída, e isso é facilmente atribuível à intensificação da presença civilizada em seu território. Pior porém parece ter sido o efeito sobre a caça, pois neste caso a derubada de matas e a criação de gado não só diminuíram o número de animais e espécies disponíveis como destruíram também muitos pontos de referência.

Essa é uma questão crucial para a sobrevivência desse povo, para o qual a caça sempre teve uma posição de tanto destaque. Uma pronta demarcação ainda pode resgatar esse estado de coisas, permitindo uma possibilidade de crescimento das populações de animais ainda existentes. Se não se agir logo pode-se chegar a uma situação sem retorno quanto a isso, pois a pressão sobre as matas e caças remanescentes pode crescer de modo incontrollável.

A exploração contínua e a pressão populacional contribuíram para reduzir em muito a caça nas principais áreas de mata ainda existentes, como a Cana Brava, a Forquilha e a Bela Estrela, esta uma continuação da Mata do Urucum. Na Cana Brava ainda se encontra algum tatu, peba, coati, guandu, caititu, macaco. Na Forquilha e Bela Estrela, pressionadas pelo povoado de Quiosque, apenas macacos

se espera encontrar.

Uma das áreas que mais sofreram com a ocupação civilizada foi a Arraia, onde já houve muito caititu, anta, veado, tamanduá bandeira, guariba. Destes apenas os guaribas são encontrados em pequeno número; há um pouco de capivara e quati.

Os Krĩkati observam que não só a intensidade da ocupação civilizada explica o fim da caça. Notam também que os moradores de melhores posses geralmente evitam comer carne de caça, ocasionando assim uma perda menor para os recursos ambientais do território. Apontam como exemplo a área situada entre o Cocalinho e o Escondido, um dos melhores locais de caça que ainda está disponível, e que tem tamanduá bandeira, veado, paca, tatu, peba, caititu. Os posseiros dessa área são criadores de gado, que pouco caçam. Mesmo assim é uma área em grande perigo potencial, pois tende, com o fim da caça na região, a se tornar um foco privilegiado de incursões por parte da população que está dentro do território.

Os guaribas, além de estarem em pequena quantidade no Arraia, também estão na área do Morro da Almécega, próximo ao Caboclo Velho, mais especificamente no local conhecido como Cabeceira dos Cocos. Este é um cocai muito grande de babaçu, em expansão devido às derrubadas promovidas pelos muitos posseiros lá existentes.

Tamanduá bandeira se encontra 'por toda parte um pouquinho' como eles dizem, principalmente nas chapadas, grosso modo na área do Igarapé São Francisco, na direção do Arraia.

Os veados, além daquele trecho entre o Cocalinho e o Escondido, podem ser eventualmente encontrados na beira do Tapuio, em especial num local conhecido como Caroba.

Antas não existem mais. Contam os Krĩkati que há uns dois anos localizaram as pegadas de um casal perto da Serra Campestre, depois do Vão da Serra, não muito distante da aldeia. Decidiram deixá-los seguir na expectativa de que aumentassem em número. Aham que possivelmente o povo do Quissque os matou.

Caititu existe ainda e os Krĩkati os procuram na beira do Tapuio. Ali procuram quati, que encontram até o Arraia e também em todo o Pindaré. Procuram tatu naquele trecho entre o Cocalinho e o Escondido, mas também no Pindaré São Francisco. Macaco existe em algum número em praticamente todo o território.

Lá não existem mais onças que foram caça importante no passado.

Antigamente também as cobras tiveram algum uso cultural, mas não são mais procuradas embora ainda existentes em quantidade bem maior do que eles desejariam.

Caça-se sempre que possível, mas a estação privilegiada para tanto vai de julho a outubro.

Como já foi mencionado a caça e a pesca são muitas vezes atividades conjuntas, objeto de arranchamentos específicos no qual a coleta também pode estar presente.

Um item abundante de coleta é o piqui, nos meses de setembro a novembro. É encontrado nas chapadas e atinge as proximidades da própria Aldeia São José. Usam-no como alimento e dele extraem o óleo, ao qual atribuem valor medicinal.

O babaçu existe em certa quantidade na Arraia e está em expansão no Cocalinho (Cabeceira dos Cocos). É utilizado na alimentação, sendo o óleo empregado no preparo de comida e para passar no cabelo. A palmeira piaçaba ocorre mais nas chapadas, nas beiras de mato. Usa-se a palha para cobertura de casas, o coco é utilizado na alimentação e no preparo de óleo para fins culinários. Para estes fins é muito usada também a gordura de porco, mas há quem prefira óleo daqueles cocos, seja por gosto ou por julgarem mais conveniente para sua saúde.

Entre novembro e janeiro colhem bacaba na Cabeceira dos Cocos, e na Mata da Forquilha e da Bela Estrela. Estas, próximas do Quiosque, estão sendo cada vez mais reduzidas pela presença de roças civilizadas.

No mesmo período procuram o coco buriti. Ocorre nas chapadas, nos mangues de São Gregório e também na Baixa Funda, nas cabeceiras do Monte Alegre Grande e na Mata da Cana Brava. Usam-no como alimento. Ao longo do ano produzem das folhas da palmeira fibras importantes para sua cultura material tradicional.

Entre outubro e novembro procuram mangaba, principalmente no Vão da Serra.

De janeiro a março é tempo de murici, que tem como área importante a beira do Pindaré, no lugar chamado Cascavel. Na mesma época procuram uma fruta silvestre chamada bruta. Encontram-na tanto na área do Caboclo Velho como na direção da Serra da Desordem.

Há também macaúba nas matas e chapadas. A juçara é encontrada apenas na Mata da Cana Brava.

A Mata da Cana Brava, marcada pelo Rio Campo Alegre Grande, é também um local importante para a extração de madeiras utilizadas na edificação de casas. Lá procuram também outros elementos importantes para sua cultura material como casca de cajá para a confecção de um instrumento musical, tipo de buzina; mugulum para o feitiço de colares. Nessa área buscam ainda pedra de amolar.

É só nas ameaçadas matas próximas ao Quiosque que encontram pau roxo, utilizado no feitiço de arcos, de bordunas, de ponta de flechas, além de entrar como elemento na confecção de chocalhos.

Nas matas de seu território procuram ainda madeiras como o jatobá e o angelim para a produção de pilão, o qual também é feito com a sucupira das chapadas.

O imbé, usado para enfeitar arco, flecha, borduna, trançado na madeira ou fixando as penas, é encontrado principalmente no Arraia; é um item importante e de necessidade corriqueira, pouco encontrado em outros lugares do território. Lá são encontradas ainda outras madeiras utilizadas para as pontas das flechas, que chama de bati e buragi.

Para fixar o imbé usa-se o cheiro, encontrado principalmente no local conhecido como Bela Hora.

No enfeite de arcos, flechas e bordunas, há uma preferência por penas de arara, procuradas no Caboclo Velho. Outras penas são utilizadas nas flechas, como as de Jacu e Gavião, que procuram perto das Serras, no Canto do Morro e Desordem principalmente. Há papagaio em muitos lugares e costumam procurá-los no São Gregório ou próximo do Arraia. Além de serem usados nas flechas, as penas de papagaio junto com as de arara são preferidas para a confecção de cocares. Siriemas são encontradas nas chapadas, no São Gregório ou próximo do Arraia. Também nas chapadas são procurados os periquitos.

É ainda nas chapadas que procuram pau de leite, que junto com o urucum e o jenipapo (atualmente plantados por eles) fornece matéria-prima para seus enfeites corporais. Aliás, nesses enfeites também são aplicadas penas, principalmente as brancas, de gavião, coladas em linhas no corpo de homens e mulheres com a resina almécega, que costumam procurar nas proximidades do Caboclo Velho.

As flechas são confeccionadas com canajuba, que encontram no Morro de São José, ao longo da estrada que liga Sítio Novo a Mon-

tes Altos, nas proximidades da aldeia. Em cima desse morro costumam buscar sementes de pati para a confecção de colares.

O uso do buriti é corriqueiro em sua cultura material e já foram mencionados seus principais locais de coleta. Utilizam as fibras que extraem das folhas, do chamado olho de buriti, como matéria-prima na confecção de esteiras de uso cotidiano ou ritual, na confecção de cocares (que eles chamam de capacetes), de colares, de cestos variados. Os pacarás são fabricados com talo de buriti e cordas de sua fibra.

Assim como o urucum e o jenipapo já mencionados, plantam outros itens necessários à sua cultura material. Assim é, por exemplo, que em suas roças podem ser encontrados tipos de capim cujas sementes são utilizadas no feitiço de colares, a cabaça cujuba usada para fabricar um tipo de buzina de uso ritual, além de chocalho e maracá, e krôwá, uma planta parecida com o abacaxi, da qual extraem matéria-prima para a fabricação da corda de arco.

C. Roças e pastagens

A localização das roças tem sido sempre um item importante no estabelecimento de aldeias e em sua remoção, procurando-se tê-las tão perto da aldeia quanto possível. Algumas partes do território são menos propícias do que outras para tal fim, e isso ajuda a entender porque as chapadas de São Gregório nunca conseguiram atrair um grande contingente de moradores, suportando uma contínua mas reduzida população.

As circunstâncias ao longo das últimas décadas alteraram essa relação. Por um lado a invasão de suas terras criou limitações claras para a localização de roças, e de fato pode-se constatar que é na competição pelo uso do solo para roçados e pastos que mais fortemente se manifestam os choques de interesse entre os índios e os posseiros. Por outro lado, a tendência à fixação da Aldeia São José como um polo contínuo e localizado cria novas situações para a localização das roças.

Os Krikati plantam de tudo um pouco como dizem, praticando a agricultura no toco, com derrubadas feitas principalmente em capoeiras próximos a cursos d'água. Mandioca e arroz são seus produtos principais, mas fazem muitos outros plantios como a macaxeira, feijão, fava, inhame, batata doce, milho, abóbora, amendoim.

A dinâmica da produção agrícola dos Krikati e suas questões recentes serão discutidas em outra parte deste relatório. Por enquanto importa considerar seus locais de roça atuais:

- I - Ao longo da faixa de transmissão da CHESF, na altura do Riacho Pedra Branca, cabeceiras do Tapuio.
- II - Na chapada de São Gregório, local conhecido como Boa Vivenda, próximo da atual Aldeia Bateia.
- III - Ao longo da rodovia, do lado esquerdo de quem segue para Montes Altos da aldeia, até o local conhecido por Gavião.
- IV - Próximo à aldeia, do lado direito da antiga estrada para Montes Altos.
- V - Do lado esquerdo do caminho para a Baixa Funda, entre a aldeia e o mesmo Gavião.
- VI - Na Taboquinha, próximo ao Morro do Cocalinho.
- VII - Na Baixa Funda.
- VIII - À esquerda do caminho que liga a aldeia à Baixa Funda no local do riacho que no passado servia de fonte de água potável (Ku-kranhatoi, conhecido em português como Olho d'Água da Isabela).
- IX - Ao longo da estrada, do lado direito de quem vai para Montes Altos a partir da aldeia.
- X - No caminho da Bateia, em São Gregório, entre a aldeia e o cercado de Domingos Alfredo.

Alguns desses locais de roça ficam distantes da aldeia o suficiente para que os índios arranjem neles nas fases mais intensas de trabalho agrícola e aumentar sua dependência de veículos para transporte.

Tem havido atritos entre índios e civilizados por causa de locais de roça, os primeiros impedindo os segundos de abrirem novos locais de roçado nas matas. Essa situação é particularmente aguda nas matas que cercam o povoado do Quiosque.

Tudo indica que a intensidade de exploração agrícola esteja limitando severamente a capacidade de recuperação do solo para o tipo de agricultura praticado.

Outro setor de atritos diz respeito ao gado dos civilizados que invadem e destroem os roçados indígenas e obrigam-nos a um pesado esforço de cercamento na tentativa de evitar esses episódios. Essa

é uma questão já antiga mas ainda não resolvida.

Os próprios Krikati contam atualmente com um rebanho de 270 cabeças de gado, a maior parte constituída de nelore p.c. , havendo alguns gir cuja proporção se pretende incrementar visando à produção leiteira.

Como já foi dito no relatório inicial, os Krikati planejam um grande aumento desse rebanho para que no futuro possam ter garantias de suprimento de carne para a comunidade. Suas pastagens, cercadas, ficam no caminho da Baixa Funda, começando pouco depois de cruzada a estrada que liga Montes Altos a Sítio Novo quando se sai da aldeia.

São 300 hectares de pastagem natural e mais 300 de pastos artificiais formados de braquiaria rosiensis. O técnico agrícola do PI Krikati estima que no território compreendido dentro das 85.500 hectares mais o Quiosque, existam cerca de 1.000 hectares de pastagens, incluídos aqueles 600 dos Krikati. Dos outros 400, a maior parte é constituída de pastos naturais, sendo os pastos artificiais formados com uma variedade de espécies. Além da braquiaria, encontra-se colômbio, lageado, guiné. Esse total não inclui o plantio efetuado pela CHESF sob a linha de transmissão. Trata-se de uma faixa de 100 metros de largura com pelo menos 16 km de extensão (se considerado aquele território mencionado acima para demarcação) e plantado com braquiaria decumbis e braquiaria kikuio da Amazônia. A faixa poderá ser aproveitada pelos Krikati para fins pecuários, exigindo para tanto seu completo cercamento.

Esta e outras soluções deverão ser desenvolvidas no futuro próximo para que esse povo atinja seu objetivo de conseguir um rebanho amplo e estável, suficiente para suas necessidades. A expansão de tais pastagens certamente esbarrará no interesse de civilizados que estão na área, dando uma nova dimensão ao tradicional conflito relacionado ao gado no território. A demarcação, por seu turno, permitirá o pleno desenvolvimento desse projeto.

4. Considerações finais

As páginas precedentes detalharam o amplo uso que os Krikati têm de seu território e assinalaram a contínua presença que nele sua sociedade tem mantido. Fica claro que não obstante a presença civilizada no seu território, os Krikati têm tido sucesso no seu

esforço de nele permanecer e de dar continuidade à sua sociedade e cultura. Vimos como a própria dinâmica da sociedade regional que os ameaça pôde em parte ser por eles utilizada em favor dessa persistência e do reconhecimento de seus direitos.

Esse processo não se passa, porém, sem que bases de tensão se desenvolvam. Elas vão caminhando para um aguçamento na medida em que a exploração do território Krikati por parte dos civilizados se intensifica e adensa.

As perspectivas de transformação regional, sob o impacto dos amplos investimentos que têm caracterizado o sul do Pará e o Maranhão, trazem à tona previsões de momentos mais difíceis. A exploração do fator de produção terra só tende a se intensificar, tornando ainda mais cobiçado o já pressionado território dos Krikati.

Novos e mais poderosos interesses estarão então prontos para substituir a legião de posseiros humildes que constitui a maior parte dos civilizados atualmente naquela área indígena. Mais do que nunca, nesse contexto, fazer a oposição posseiros - índios não resolverá a sorte de nenhum dos lados.

Para os Krikati, seu território é mais do que a base de sua aldeia, de seus roçados e pastos. Ele é um universo cultural, com o qual sua sobrevivência como sociedade tem íntima associação.

Preservá-lo para eles é uma questão de direito histórico e de maturidade nacional. As mudanças aceleradas que se prevê para a região fazem com que para esse povo o tempo de seu território também se intensifique. Demarcar suas terras é fundamental, e logo.

PARTE II

O ANDAMENTO DO CONVÊNIO

1. Introdução

Os recursos aplicados pelo convênio CVRD-FUNAI vão causando im pactos de diversas ordens nas populações indígenas do Maranhão. A aplicação desses recursos assumiu várias modalidades. Eles podem legar uma contribuição positiva para esses povos como, por exem-- plo, na melhoria da infra-estrutura de seu território, deixando-os em melhores condições para enfrentar situações de mudança total-- mente inevitáveis. Mas algumas dessas modalidades de aplicação - não tiveram o sucesso almejado.

Atuando numa situação complexa e na iminência de processos de transformação econômica e social acelerada, o convênio sofreu du-- rante certo tempo as consequências de dificuldades de ação coor-- denada entre a CVRD e a FUNAI. Embora não tenha faltado a defini-- ção de prioridades e linhas de ação, as quais foram pronta e cor-- retamente estabelecidas, aquela dificuldade de coordenação teve por consequência certa falta de organicidade quanto aos conteúdos da atuação na área. Disso resultou, por exemplo, um relegamento da questão da demarcação do território Kri'kati, muito embora en-- tendesse com propriedade o convênio ser este o problema prioritá-- rio a atingir povos indígenas em sua área de atuação.

A área indígena Kri'kati teve designado um antropólogo para as-- sessorar a CVRD na aplicação do convênio na segunda metade de 1984. O programa de aplicação já estava em andamento na área. Ha-- viam então sido criadas expectativas na população indígena, inci-- dindo no caso sobre duas esferas principais. Por um lado aguarda--

va-se a concretização de uma promessa inicial do convênio de construir novas habitações na aldeia. Por outro vivia-se a espera de uma aceleração da produção agrícola a ser financiada em suas etapas principais. Nesse sentido, o Relatório Inicial assinalava o início dos trabalhos para o plantio de 526 linhas de roça, e o projeto de ampliá-lo para 840 no ciclo seguinte.

A proposta de construção de casas feita pelos Krikati em julho de 1984 pareceu às diversas instâncias do convênio plausível e adequada para suas condições objetivas, e se espera para o fim das chuvas o início da implementação do programa.

Quanto às roças, a experiência demonstrou que as expectativas criadas não eram realistas. A distribuição de recursos da maneira que foi efetuada não conseguiu elevar a produção aos níveis desejados, e contribuiu para a manifestação de novos problemas.

As páginas que se seguem discutem essas questões e outras correlatas, iniciando-se com um relato das obras realizadas na aldeia no período compreendido entre este relatório e o inicialmente apresentado.

2. Obras realizadas na aldeia

No segundo semestre de 1984 foram realizadas tres obras na Aldeia São José. A CEMAR, como parte das indenizações negociadas em 1979 pela passagem de sua rede de transmissão pela área Krikati, contratou a construção de uma ampla oficina.

Com recursos previstos na programação do convênio CVRD-FUNAI - para o ano de 1984 foi construído um novo armazém-depósito e um açude. O armazém-depósito antigo fora construído em 1978 com recursos do projeto de desenvolvimento comunitário então patrocinado pela FUNAI. Trata-se de uma construção de paredes de taipa e cobertura de sapé que não vinha atendendo adequadamente às necessidades de armazenamento, tendo sido convertido em local de estabulagem noturna de ovinos (cerca de 45 em fevereiro de 1985). O novo depósito, construído de alvenaria, apresenta melhores condições para a conservação da produção armazenada.

Quanto ao açude, não obstante as repetidas ponderações do pessoal da FUNAI, do convênio e até da própria aldeia, foi construído aproveitando uma grotta e olhos d'água bem próximos à aldeia, atrás do antigo campo de pouso. A liderança Krikati foi firme e in

transigente quanto à escolha desse local.

As objeções a ele são de natureza sanitária, além de levar em conta o risco para as crianças pequenas, devido à proximidade e à grande profundidade que tem o açude em sua maior parte. No que diz respeito ao primeiro ponto, é importante a abertura de uma barreira de contenção de enxurradas para evitar seja enchido o açude com resíduos orgânicos. O comportamento do açude nesse aspecto deve ser acompanhado de perto, com uma atenção especial para a qualidade das águas no período local de verão quando diminui seu fluxo. Quanto ao perigo para os pequenos, a comunidade diz estar atenta. Teme-se ainda que localização tão próxima intensifique a proliferação de mosquitos na aldeia.

Não obstante esses problemas, o açude transformou-se numa referência importante no cotidiano da aldeia, servindo para o lazer de jovens e adultos e é usado intensamente. Algumas mulheres vão lavar roupas perto de seu vertedouro. Recentemente o açude foi peixado com alevinos de tilápia fornecidos pelo DENOCS. Na mesma ocasião foi igualmente peixado o açude existente na pastagem e construído com esforço da própria comunidade.

Com a conclusão dessas obras ficam a aldeia e o P.I. dotados de uma razoável infra-estrutura, constituída das construções abaixo relacionadas e cuja localização pode ser vista no Esquema I.

Casa da chefia do Posto
Cantina
Escola-residência
Ambulatório-residência
Depósito antigo
Garagem
Casa de farinha
Depósito novo
Oficina
Poço, bomba e reservatório de água
Banheiros e torneiras

Com isso também consolidou-se na aldeia uma forte disparidade; por um lado a infra-estrutura de alvenaria (excessão feita ao depósito antigo); por outro as habitações de palha, taipa, e em nú-

mero bem menor, adobe.

Os Krĩkati sentem que essa infra-estrutura lhes pertence, não lhes é exterior e querem dela ter o máximo domínio. A exigência - de que o mesmo padrão de construções seja generalizado para suas moradias já é antigo e inaugurou-se com a construção do P.I. na - aldeia.

Essa exigência tornou-se tanto mais delineada quanto julgaram poder vê-la concretizada a partir do convênio. As expectativas e problemas gerados por isso já foram discutidas no relatório inicial, e a solução a que eles chegaram, na iminência de ser implementada com auxílio do convênio, é discutida num item posterior deste texto.

3. Produção agrícola

A. Desenvolvimento do programa de plantio do ciclo 1984-1985

Em julho de 1984 estavam em andamento por parte de 74 chefes - de família indígena o preparo de 526 linhas de roças familiares. Brocava-se e iniciava-se a derrubada para o plantio. Tratava-se de uma atividade inserida nos planos de ação do Convênio, o qual havia para tanto liberado recursos específicos, os quais estavam sendo entregues diretamente aos chefes de família envolvidos em parcelas e na proporção das linhas que estavam assumindo.

Essa situação gerava uma esperança e uma ansiedade. A esperança era que os recursos permitiriam um grande incremento na produção, que conduzisse após alguns ciclos a uma produção de alimentos não só estável e adequada para o consumo como capaz de produzir excedentes comercializáveis. Embora os índios também participassem dessa expectativa, estavam então ansiosos com o volume de recursos disponível para eles e sobre a época de sua liberação. - Na ocasião grupos de Tenethara e Gaviões pressionavam o convênio, conseguindo um incremento nos recursos disponíveis para roça. Quando de minha chegada à área, os índios acabavam de ter recebido a promessa do então delegado regional de que também haveria um aumento nos seus recursos para esse fim, fruto de um remanejamento na programação daquele ano. Para tanto reduzia-se em 15% a verba prevista para a construção de um açude e eliminava-se completamen

te os recursos alocados para a compra de produtos veterinários os quais caso necessário prometia a Dk suprir de outra forma.

Os trabalhos finais seguiram aproximadamente de acordo com aquelas previsões. Assim foram brocadas 526 linhas, na maioria das quais procedeu-se à derrubada. As etapas subsequentes não foram porém levadas a cabo em toda essa extensão. Das 526 linhas iniciadas apenas 221,5 linhas foram efetivamente plantadas. Essa contagem final é rigorosa, fruto do detalhado e sistemático acompanhamento feito pelo técnico agrícola local.

Essas atividades foram realizadas nos 10 locais de roça já apresentados na página 23. É a seguinte a distribuição atual de roças por locais:

QUADRO I

Local de roça	Número da roça	Número de linhas	Total de linhas
I	1	6	
	2	4	
	3	3	
	4	2	
	5	4	
	6	1	
	7	4	
	8	4	
	9	8	
	10	7	43
II	1	6	
	2	1,5	7,5
III	1	4	
	2	2	
	3	6	
	4	1	
	5	5	18

(cont.)

Local de roça	Número da roça	Número de linhas	Total de linhas
IV	1	2	
	2	2	
	3	5	
	4	5	
	5	6	
	6	4	24
<hr/>			
V	1	5	5
<hr/>			
VI	1	5	
	2	2	
	3	2	
	4	4	
	5	5	
	6	2	20
<hr/>			
VII	1	5	
	2	2	
	3	4	
	4	4	
	5	8	
	6	5	
	7	2	
	8	6	36
<hr/>			
VIII	1	7	
	2	3	
	3	4	
	4	7	
	5	6	27

(cont.)

Local de roça	Número da roça	Número de linhas	Total de linhas
IX	1	5	
	2	4	
	3	3	
	4	8	
	5	2	
	6	5	
	7	6	
	8	4	
	9	2	39
X	1	1	
	2	1	2

Constata-se nesse quadro que o total de 221,5 linhas foi realizado em 54 das 74 roças inicialmente previstas. Como já foi dito anteriormente, a prática é utilizar terrenos de capoeirão para o plantio. Assim, das 221,5 linhas efetivamente realizadas, 196,5 (o que corresponde a 88,7%) o foram em tais terrenos. As restantes 25 que aproveitaram terrenos de mata propriamente dita correspondem a dois centros de roça, o de número V e VI, com 1 e 6 roças respectivamente, como foi visto.

Consta que a diminuição do número inicial de roças não foi exagerado nesse ciclo se considerada a prática usual. As 54 roças realizadas correspondem assim a 73% do previsto inicialmente. A média de linhas por roça efetivamente plantada foi nesse ciclo de 4,10. Se considerarmos o número total de famílias, 74, a produção cai para uma média de 2,99.

Há uma certa confusão sobre o modo de calcular essas médias. É praxe que se considere uma produção média de 3 linhas por família indígena, mas nem sempre é explicitado se isso se faz em relação ao número total de famílias ou ao número de famílias efetivamente engajadas num determinado ciclo agrícola. É também essa média que se atribui usualmente aos Krikati. Se considerarmos as 74 famílias que inicialmente se apresentaram para a a atividade agrícola vemos

que a média de produção não sofreu alteração. Se a referência for porém o número de famílias envolvidas até o fim então constata-se um aumento da média de produção.

Assim pode-se concluir que na área Krikati, com a forma então adotada de aplicação de recursos do convênio na agricultura, a produção permaneceu pelo menos nos patamares usuais e pode ter havido um certo incremento.

A segunda hipótese é a mais provável, visto que parte dos recursos foi utilizada na contratação de mão-de-obra externa à aldeia, e o incremento no investimento de trabalho deve ter tido algum resultado no aumento da produção.

Essas considerações podem, porém, ser enganosas. Isso porque essa forma de aplicação de recursos teve efeitos ruins na vida Krikati. No que diz respeito diretamente à agricultura, pode-se constatar que houve um desperdício muito grande de trabalho, recursos naturais e financeiros.

Muita área foi preparada através da broca e derrubada sem que fosse depois utilizada. Como as madeiras já foram queimadas e visto haver necessidade de cercar as roças por causa dos animais que pastam por toda parte, esses terrenos só poderão ser utilizados no próximo ano se forem cercados com arame farpado. Muitos índios dizem que aproveitar um terreno assim dá muito trabalho e que devido ao problema do cercamento é preferível começar no ano que vem da broca de uma nova área. Ou seja, esses terrenos e o que se aplicou no seu preparo foram perdidos. Há casos em que houve financiamento para 15 linhas sem que nenhuma fosse plantada, apesar do preparo inicial. Foi comum haver um corte pela metade na previsão inicial. De fato, pouquíssimos se ativeram às linhas inicialmente propostas.

B. Utilização do dinheiro das roças

Parte dos recursos foi diretamente utilizada na atividade agrícola através da contratação de kupê (civilizados) como peões. Estes foram recrutados quase que exclusivamente entre os moradores que vivem dentro do território Krikati. O comércio local também foi diretamente beneficiado, tanto o do povoado do Quiosque quanto o de Montes Altos, sendo que algumas das compras maiores (fo-

gões, bicicletas, umas poucas máquinas de costura) foram adquiridas diretamente em Imperatriz.

Os recursos foram distribuídos diretamente aos índios numa situação em que a falta de dinheiro é crônica, e não houve como fazer com que ele fosse canalizado especificamente para a produção. A contratação de kupê era uma consequência inevitável da tentativa de rápido aumento de produção e desde o início causava preocupação a alguns líderes Krikati. Como foi apontado no relatório inicial eles consideravam, por exemplo, que na inoportunidade ou ausência de kupê teriam que passar a utilizar maquinário com mais intensidade para sustentar uma produção agrícola aumentada.

Os resultados mostram que essa forma de financiamento não foi adequada para os fins que se propunha. A propósito, os Krikati se entusiasmaram com o financiamento à produção e pressionaram à FUNAI para que pudessem pedi-lo também ao Banco do Brasil. Com o aval da administração da 6a. DR cerca de 10 Krikati obtiveram esse financiamento para o ciclo 1984-85, e os resultados apresentados no quadro anterior incluem a sua aplicação.

Importa notar que nem as fases do ciclo agrícola que os próprios índios julgam mais adequadas foram seguidas nas épocas propostas. Assim, o plantio que segundo eles deve ser feito em outubro estava sendo aceleradamente feito em fevereiro, antes que a intensidade de chuvas o tornasse totalmente inviável. Esse atraso é comum, pois outubro fica num período de caça, pesca, coleta e nem sempre se consegue organizar o tempo de modo a dar conta do plantio. Os incentivos do ciclo 84-85 não chegaram para tanto.

A contratação de kupê e a forma como a maior parte dos gastos - foi efetivada teve uma implicação negativa naquele contexto em que a demarcação é motivo de disputa, posto que reforçou tanto as condições de permanência de parte dos que estão dentro da área como movimentou o comércio do Quiosque. Resultado: esse dinheiro - foi parar nas mãos dos kupê, e os retornos para a sociedade Krikati foram proporcionalmente pequenos, seja em termos de produção agrícola, seja em termos de bens materiais que possam melhorar as suas condições de vida. Além, é claro, do desperdício de recursos naturais a que esteve associado.

Há ainda um ponto a considerar nessa questão. É que a expectativa de recebimento de recursos do convênio para as roças incenti

vou a compra a crédito na cantina do P.I. Krikati, levando-a à beira do colapso. Note-se que essa pequena cantina tem conseguido sobreviver ao longo dos anos sem nunca ter fechado e esta é certamente uma das crises mais fortes que atravessa. Notadamente nos últimos meses, quando os Krikati se preparavam para receber novos recursos para a colheita, as dívidas na cantina sofreram um forte aumento. Como isso não vai mais ocorrer por força das mudanças na orientação do convênio, andam todos na aldeia preocupados com o futuro da cantina. Em fevereiro de 1985 a dívida total se aproximava da casa dos 6 milhões de cruzeiros.

4. A Aldeia e a habitação

A. O projeto de novas habitações

O pedido de auxílio para a construção de novas habitações foi aprovado pelo convênio de acordo com a proposta apresentada pela liderança Krikati. Como está detalhado no Relatório Inicial, essas habitações serão levantadas pelos Krikati; os quais também se responsabilizarão pelas paredes das mesmas. Tanto as técnicas de construção aí utilizadas, como a obtenção de materiais, a forma das habitações e sua localização, ficam por conta dos Krikati. A participação do convênio é na forma de fornecimento de materiais, além da respectiva mão-de-obra, para cobertura, piso, revestimento e acabamento das casas.

Uma ampla habitação já foi levantada e permanecia em fevereiro de 1985 à espera dos recursos do convênio para acabamento. Já estava em uso, tendo sido coberta de palha. Trata-se da casa que aparece com o número 42 no esquema anexo. Em fevereiro de 1985 outras 4 casas estavam em fase de estruturação (assinaladas de i. a iv. no mesmo esquema).

A FUNAI já autorizara o P.I. a comprar o primeiro lote de material. Também a contratação de um pedreiro fora autorizada para realizar as tarefas que os índios não dominam, e espera-se que ele possa estar trabalhando finda a estação das chuvas.

É difícil fazer uma previsão exata do número de habitações a ser construída durante o ano de 1985. Com as informações disponíveis no início do ano podia-se dar o número 20 como uma previsão otimista, esperando-se para 1986 um aceleração das construções.

É possível, porém, que o início dos trabalhos gere uma atividade maior do que agora se supõe e aquele número seja ultrapassado.

Foi possível, no entanto, fazer um levantamento minucioso dos grupos domésticos existentes na Aldeia São José e na Bateia, considerar sua estrutura interna e, junto com a liderança dos Krikti, avaliar o número total de casas que eles esperam sejam construídas. Como já foi dito no Relatório Inicial, a oportunidade será usada por eles para suprir a demanda reprimida, quanto para ampliar as bases materiais de habitação visando um futuro mais tranquilo nesse sentido.

No quadro a seguir são apresentadas as habitações atuais da aldeia São José e o número de novas habitações que esperam os Krikti venham a substituir cada qual.

QUADRO II

Número da habitação no Esquema I	Número de chefes de família	Número de novas habitações
1	5	4
2	1	1
3	3	3
4	1	1
5	2	2
6	1	1
7	1	1
8	1	1
9	2	2
10	2	1
11	1	1
12	2	2
13	1	1
14	2	1
15	3	2
16	1	1
17	3	3
18	2	2
19	2	2
20	1	1

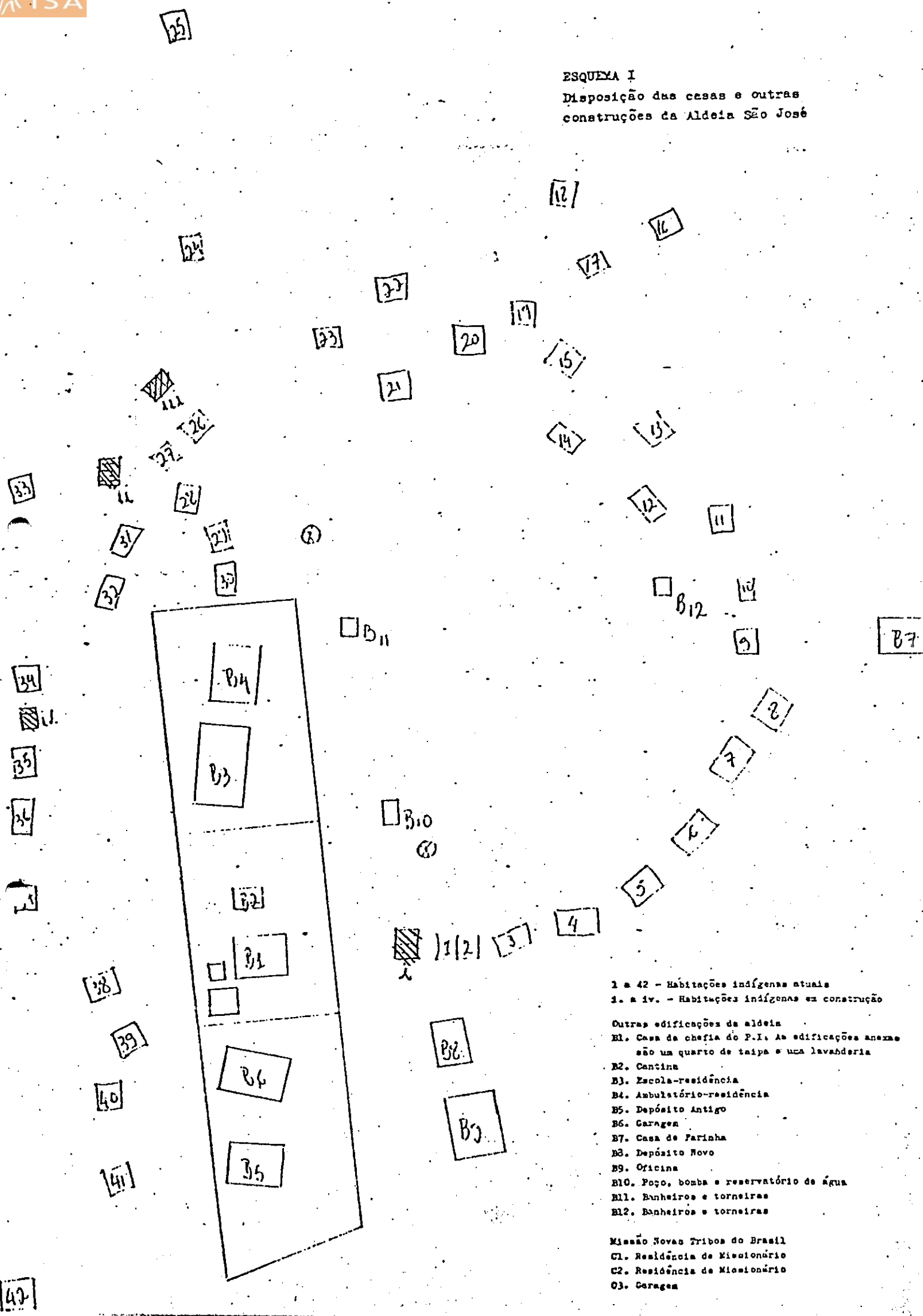
(cont.)

Número da habitação no Esquema I	Número de chefes de família	Número de novas habitações
21	3	3
22	1	1
23	2	1
24	1	1
25	1	1
26	1	1
27	1	1
28	2	2
29	2	2
30	1	1
31	3	3
32	1	1
33	1	1
34	1	1
35	2	2
36	1	1
37	1	1
38	2	2
39	1	1
40	3	3
41	2	2
42	1	1
TOTAIS	42	71
		66

Na Bateia existe uma casa ocupada e duas estruturas de casa que no presente estão abandonadas, constando de paus e cobertura de palha.

Na casa ocupada, o grupo doméstico é constituído de dois chefes de família. Estima-se que ambos vão pleitear casas no círculo central da aldeia São José, nas proximidades da habitação que atualmente leva o número 11 no Esquema I, devido aos vínculos de parentesco que os unem. É duvidoso porém que a Bateia seja abandonada e não é improvável que ambos decidam erguer suas habitações com a ajuda do convênio lá mesmo.

ESQUEMA I
Disposição das casas e outras
construções da Aldeia São José



- 1 a 42 - Habitações indígenas atuais
- 1. a iv. - Habitações indígenas em construção
- Outras edificações da aldeia
- B1. Casa da chefia do P.I. As edificações anexas são um quarto de taipa e uma lavanderia
- B2. Cozinha
- B3. Escola-residência
- B4. Ambulatório-residência
- B5. Depósito Antigo
- B6. Garagem
- B7. Casa de Farinha
- B8. Depósito Novo
- B9. Oficina
- B10. Poço, bomba e reservatório de água
- B11. Banheiros e torneiras
- B12. Banheiros e torneiras
- Missão Novas Tribos do Brasil
- C1. Residência de Missionário
- C2. Residência de Missionário
- C3. Garagem

Isso eleva os totais anteriormente apresentados para 43, 73 e 68 respectivamente. A diferença de 73 para 68 corresponde a chefes de família idosos que pretendem morar com genros.

Note-se que o número intermediário tem uma ligeira diferença - em relação ao número de roças familiares inicialmente previsto para o ciclo 1984-85 (74). É que este segundo inclui um Guajajara casado com uma civilizada que embora continue fazendo roçados na área tem morado fora dela. Os Krikati pressionam para que ele se decida ficar dentro ou fora; naquele caso o número de novas habitações se elevará para 69.

Existe um núcleo de Guajajaras vivendo há muitos anos em terras dos Krikati (se bem que segundo alguns a última proposta de demarcação da Funai vai deixá-los de fora). Moram na Areia e dois dos filhos do chefe de grupo doméstico vivem agora na Aldeia São José, casados com mulheres Krikati. A liderança Krikati gostaria que aquele núcleo se transferisse para a Aldeia São José, mas não se acredita que isso venha ocorrer.

Desse modo, permanece atual a previsão feita no Relatório Inicial de que seriam cerca de 70 as novas habitações para as quais o convênio contribuiria, e esse número deverá sofrer alguma adaptação no decorrer da construção.

B. Alterações no plano da aldeia e suas dificuldades

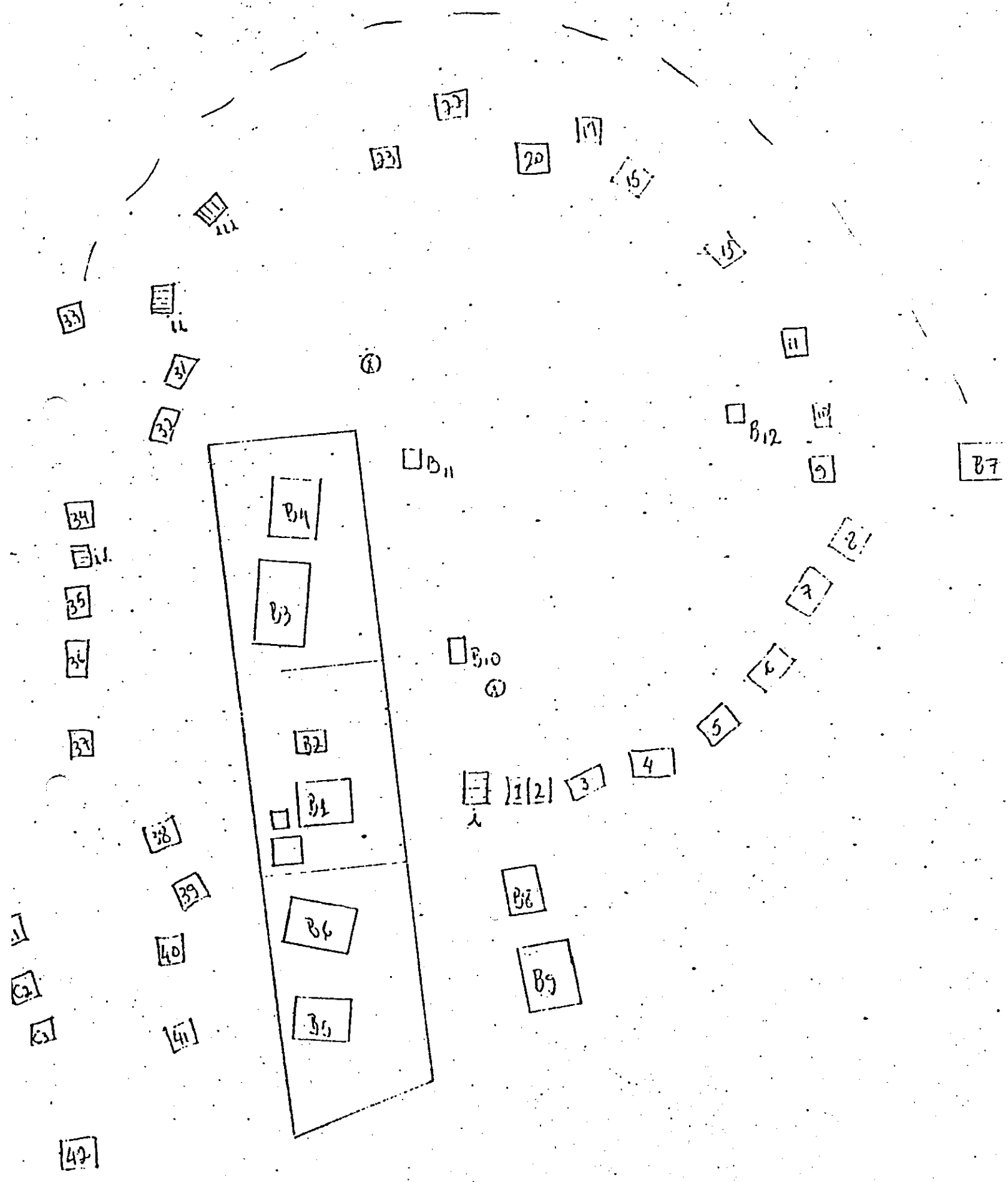
Há um consenso entre os Krikati de que a construção das novas habitações é uma oportunidade para ampliar e melhorar o círculo central da aldeia.

Consideremos o esquema I. Segundo as informações da liderança, no decorrer da construção das casas pretende-se remover de sua posição atual as habitações 12 - 14 - 21 - 16 - 17 - 18 - 24 - 25 - 29 - 30. As habitações 26 - 27 - 28 também seriam realinhadas seguindo a disposição das que estão em construção, assinaladas ii. e iii.

O Esquema II apresenta a aldeia sem essas localizações atuais sugerindo a linha básica de disposição das habitações no círculo.

Na hipótese de todas as casas serem efetivamente construídas, pequenas realocações das que permanecem nesse Esquema II poderiam regularizar consideravelmente esse disposição circular.

ESQUEMA II - TENDÊNCIAS DA ALDEIA SÃO JOSÉ



Há problemas porém. Onde, por exemplo, realocar as 13 habitações que foram citadas? Estima-se que não caberiam todas no círculo central, mesmo porque há uma tendência a que as novas habitações sejam construídas em tamanho maior que as anteriores.

O segundo ponto de discussão entre os Krikati é o que fazer com as casas que vão no esquema de 33 a 42, e que se distribuem na forma de rua, seguindo o antigo campo de pouso.

Quando da iluminação da aldeia, a rede elétrica foi feita já contemplando a hipótese de uma ampliação no setor circular, mas a iluminação também seguiu o alinhamento de rua existente naquele trecho, e acabou por reforçar essa distribuição espacial.

Para muitos Krikati a oportunidade das casas novas deveria ser usada para reforçar a forma circular de distribuição de casas, o que implica na remoção da rua. Mas não só há resistências à isso por parte dos que ocupam a área do antigo campo de pouso, como a habitação mais recente, e que pertence a um dos mais combativos líderes, foi feita na extremidade desse arruamento (42).

Um dos capitães, que habita justamente a casa 33 na outra extremidade desse alinhamento, considera que o arruamento deveria ser reforçado, com casas apenas de um dos lados da rua, o que resultaria na supressão das casas 38 - 39 - 40 - 41 em suas atuais localizações e sua transferência para o outro lado, ou seja entre as de número 37 e 42. Isso coloca uma nova dificuldade, pois a localização da base missionária (C1, C2 e C3) dificultaria esse plano.

Retomemos a questão da área circular. É claro que a própria posição do P.I. dificulta que o círculo seja completado dentro desses parâmetros que estão sendo considerados. Com aquelas 13 habitações inicialmente citadas, adicionadas ou não de outras, como as da Bateia e as que estão no arruamento, a posição mais recente da liderança era que o círculo deveria ser duplicado em torno do mesmo pátio central.

Essa duplicação encontra dois obstáculos. Por um lado uma erosão impede a duplicação atrás da oficina e depósito (B9, B8). Por outro a localização do açude cria barreiras a partir da casa 33 em direção à 42. Como os Krikati não pretendem mudar a localização da aldeia só lhes resta a alternativa de fazer um semi-círculo na parte da aldeia não impedida, entre a casa da farinha (B7)

e a casa 33. Este era o estado das considerações sobre o plano da aldeia nas vésperas da implementação do projeto das novas habitações.

Seria importante remover pelo menos as construções menores que situam-se próximas ao círculo central, como as B10, B11 e B12. Há um local melhor para a localização da bomba e reservatório de água, mais alto na saída da aldeia, após a cerca que envolve a garagem e o depósito antigo. Quanto à relocação das torneiras e banheiros deve ser feita consoante a nova distribuição espacial que resultar desse processo de construção de casas.

5. Considerações finais

Esses são os principais aspectos relacionados com o andamento do convênio na área indígena Krikati ao longo dos últimos meses.

A programação para 1985 ainda estava em processo de deliberação final no momento em que este relatório era concluído, e uma síntese de seus pontos principais é apresentada em anexo. De qualquer maneira, essa nova programação é marcada pelos mesmos dois assuntos que enfatizei nas páginas anteriores: as roças e a construção de casas.

Esta está para ser iniciada e acompanhar seus desdobramentos é não só importante para a sociedade Krikati como pode oferecer novos subsídios para o debate sobre habitação indígena em situações de mudança.

Quanto às roças, sua nova sistemática insere-se num projeto global da 6a. DR para todo o Maranhão, sustentada num sistema especial de financiamento e comercialização. Será financiada parte da produção futura com mercadorias colocadas à disposição dos chefes de família envolvidos e disponíveis na cantina local. Esse financiamento será feito em parcelas, de acordo com o volume e ritmo de atividade agrícola familiar. A Delegacia Regional pretende se encarregar também da comercialização dos excedentes agrícolas. Para garantir condições adequadas tanto nessa atividade quanto na compra das mercadorias a serem fornecidas na cantina, prepara-se a 6a. DR para desenvolver mecanismos específicos. Caberá ao convênio garantir o capital inicial necessário.

Nos últimos meses desenvolveram-se novas condições para o bom

ROÇAS

andamento do convênio no Maranhão. É fundamental que elas continuem para que seus efeitos benéficos possam atingir concretamente - as comunidades indígenas, a Krikati e as outras desse estado.

ANEXO

Notas sobre a Programação 1985 do
Convênio CVRD-FUNAI para a Área
Krikati

- (1) Desde julho de 1984, foram mantidas como base de trabalho para essa programação as reivindicações dos Krikati, tal como apresentadas no Relatório Inicial.
- (2) O Convênio não aprovou nem a programação de roças nem a construção de um galpão para a criação de pintos. No primeiro caso havia sido alterada a sistemática de financiamento de roças e no segundo estava em desenvolvimento um plano específico para a criação de galinhas a ser aplicado em toda a área da 6a DR.
- (3) Quanto à aquisição de veículos pretendida (1 caminhão Mercedes, 1313, e 1 pick up D10), foi contraproposto que os veículos existentes na aldeia (Chevrolet e Toyota) seriam trocados por novos das mesmas marcas.
- (4) Optou-se por estudar a viabilidade de juntar as áreas pretendidas de pastagens e roça comunitária, formando um total de cerca de 120 hectares nos quais seriam plantado arroz no primeiro ano e capim no segundo.
- (5) Os outros pedidos, dos quais a construção de casas era o mais volumoso, foram aprovados. Sugeriu-se que a bomba d'água à diesel do P.I. fosse trocada por uma elétrica o que foi aprovado.
- (6) Em reuniões havidas na aldeia em fevereiro de 1985, apresentei esses desdobramentos à liderança da aldeia. A decisão final foi de acatá-las, com algumas observações.
- (7) Foram pedidas duas carroças pequenas e tres burros que dariam conta de boa parte do transporte de produtos agrícolas, a custo menor e com a redução do desgaste dos veículos automotores.
- (8) Os Krikati querem discutir com mais detalhe o plano de financiamento. Preocupam-se particularmente com o seguinte ponto: como têm escassas fontes de recurso, temem ficar sem dinheiro durante o ciclo agrícola, sem poder comprar carne.
- (9) Foram pedidos equipamentos para a oficina: uma bomba de lavar carro e uma máquina de solda.

- (10) Os resultados das reuniões na Aldeia São José foram comunicadas à 6a. D.R. A programação final está em estudos; no caso Krikati a formação de pastagens, pelo seu alto custo, parece ser o item mais delicado.